

DISCURSOS E IDENTIDADES – EXOTISMO E DOMÍNIO VIOLENTO¹

*(Discourses and identities –
the exotic and violent domination)*

Izabel Magalhães²

(Universidade Federal do Ceará - UFC)

ABSTRACT

The purpose of this paper is to examine the transdisciplinary relationship between the concept of discourse, from linguistics, and the concept of identity, from social sciences. Looking closely at three Latin American social scientists (Ortiz, 1985; Souza, 1994; and Larraín, 2001), and focusing on the sexual abuse of children and adolescents in Brazil in three newspaper stories, the paper assumes a connection between the European discourse of the exotic paradise, which was appropriated in this country, and the sexual abuse of children and adolescents. The method of Textually Oriented Discourse Analysis (Toda) is adopted, and the analysis features intertextuality, interdiscursivity and social actors' identity representation.

Key-words: *identity, transdisciplinarity, sexual abuse, intertextuality, interdiscursivity, Textually Oriented Discourse Analysis.*

1. Trabalho apresentado no painel “Transdisciplinaridade e Análise do Discurso na América Latina”, no VIII Congresso da Associação Latinoamericana de Analistas do Discurso (Aled), em 16 de outubro de 2009, na Universidad Autónoma de Nuevo León, Monterrey, México.
2. Professora Visitante na Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, e Pesquisadora Colaboradora na Universidade de Brasília; fundadora do periódico Cadernos de Linguagem e Sociedade (1995), do qual foi organizadora até 2008; coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade/Nelis, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/Ceam da Universidade de Brasília, de 1991 a 1993 e de 1995 a 2006; pesquisadora do CNPq.

RESUMO

O propósito deste artigo é examinar a relação transdisciplinar entre o conceito de discurso, da linguística, e o conceito de identidade, das ciências sociais. Abordando três cientistas sociais latinoamericanos (Ortiz, 1985; Souza, 1994; e Larraín, 2001), e focalizando o abuso sexual de crianças e adolescentes no Brasil, em três reportagens de jornais, o artigo pressupõe uma ligação entre o discurso europeu do paraíso tropical, que foi apropriado no país, e o abuso sexual de crianças e adolescentes. O método da Análise de Discurso Textualmente Orientada (Adto) é adotado, centrando-se a análise na intertextualidade, na interdiscursividade e na representação identitária de atores sociais.

Palavras-chave: *identidade, transdisciplinaridade, abuso sexual, intertextualidade, interdiscursividade, Análise de Discurso Textualmente Orientada.*

Introdução

O conceito de discurso tem uma história ligada à relação entre linguagem e sociedade. Embora o termo seja usado indevidamente como se fosse sinônimo de 'texto' e de 'fala', não cabe falar de discurso sem considerar a transdisciplinaridade entre o estudo da linguagem e da prática social. Nessa relação, destaca-se a identidade. O propósito desta apresentação é examinar o conceito à luz de contribuições latino-americanas, as de Ortiz (1985), Souza (1994), e Larraín (2001). Nos casos de Ortiz e Souza, trata-se da identidade brasileira, enquanto Larraín escreve sobre a identidade chilena.

Segundo Larraín (2001, p. 49), na América Latina sempre houve uma consciência da identidade latinoamericana associada às identidades nacionais. Para isso, contribuiu uma história compartilhada de guerra contra o poder colonizador da Espanha e de Portugal, em que "crioulos de vários países lutaram juntos"³. A isso, acrescentam-se a língua, no caso dos países falantes de espanhol, a

3. Todas as traduções apresentadas neste trabalho são de minha autoria.

religião católica e outros fatores socioculturais e econômicos. “Há alguns sinais de que a consciência acerca desses elementos comuns cresceu na América Latina em tempos recentes.” (Larraín, 2001, p. 49) Para isso, contribuem a união de países no Mercosul e as relações interculturais, que mudaram visivelmente a situação do espanhol e do português, resultando no aumento do número de falantes do espanhol no Brasil e do português, a língua oficial do Brasil, em outros países da América Latina. Exemplos disso são: a criação de cursos de graduação em Espanhol e de Português como Segunda Língua no Brasil.

Certamente, os processos de representação das identidades latinoamericanas são fortemente influenciados por discursos como o do exotismo no Brasil. O olhar europeu “atua como elemento formador definitivo para a própria cultura que inaugura”. (Souza, 1994, p. 123) Esse olhar que impregnou as práticas sociais da América Latina é profundamente regulador das identidades em termos do domínio violento. Situa-se aí a formação das identidades de gênero, em que a fantasia pode resultar no abuso sexual.

O abuso sexual é considerado um problema social no Brasil e em outros países da América Latina. É verdade que esse tipo de abuso pode ocorrer em outros lugares, podendo também ser caracterizado como um problema que se manifesta na Internet. Aqui, porém, proponho abordar a questão em relação à ideologia da mestiçagem, que é exemplificada no livro *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo, no final do século XIX. Como aponta Ortiz (1994, p. 39):

O destino que Aluísio de Azevedo reserva a um dos personagens centrais da trama literária, Jerônimo, é exemplar. Jerônimo, imigrante português, chega ao Brasil com todos os atributos conferidos à raça branca: força, persistência, previdência, gosto pelo trabalho, espírito de cálculo. Sua aspiração básica: subir na vida. Porém, ao se amasiar com uma mulata (Rita Baiana), ao se “aclimatar” ao país (troca a guitarra pelo violão baiano, o fado pelo samba), ele se abrasileira, isto é, torna-se dengoso, preguiçoso, amigo das extravagâncias, sem espírito de luta, de economia e de ordem.

A questão principal que me interessa aqui é resumida em três perguntas: Será que a ideologia da mestiçagem permanece na vinda de homens estrangeiros ao Brasil em busca do turismo sexual? Será que as ‘extravagâncias’ a que se refere Ortiz não se tornaram senso comum, naturalizando a ideia do abuso sexual entre crianças e adolescentes? Será que estamos diante de um problema com raízes profundas na própria formação da identidade nacional? Meu propósito com essas perguntas é examinar a relação transdisciplinar entre o conceito de discurso, derivado dos estudos de linguagem, e o conceito de identidade, das ciências sociais.

Este estudo está situado em debate proposto por Wodak e Chilton (2005), van Leeuwen (2005), Chiapello e Fairclough (2002), Fairclough (2005, 2006), e van Dijk (2005). Conforme sugerem Chiapello e Fairclough (2002, p. 186), na pesquisa transdisciplinar, a questão fundamental é “como o diálogo entre duas disciplinas e dois quadros teóricos podem levar ao desenvolvimento de ambos mediante o processo de apropriação interna da lógica do outro como recurso para o próprio desenvolvimento.” Portanto, essa é uma forma de relação interdisciplinar que resulta em mudança nas disciplinas.

Van Leeuwen (2005) distingue três modelos de interdisciplinaridade. O modelo centralista é “essencialmente um modelo da relação entre diferentes disciplinas autônomas” (p. 3), enquanto o modelo pluralista “busca reunir as disciplinas, como parceiras iguais, em lugar de incorporar elementos de outras disciplinas em uma disciplina ‘centralista’” (p. 6). O modelo pluralista centra-se em problemas ou questões, mas as disciplinas são autônomas. Já o modelo integracionista, de modo semelhante ao pluralista, examina problemas ou questões; a diferença entre eles é que “as disciplinas são consideradas interdependentes, e os projetos de pesquisa envolvem trabalho de equipe com divisões específicas de trabalho e princípios integrativos específicos” (p. 8). A perspectiva integracionista aproxima-se do diálogo transdisciplinar de Fairclough.

Van Dijk (2005) discute a interface entre dois aspectos do processamento discursivo: o conhecimento na produção e na

compreensão do discurso e o contexto, que, para ele, significa modelo mental. O argumento de van Dijk é que os contextos “demandam um componente especial de conhecimento que represente as crenças relevantes de falantes ou ouvintes sobre o conhecimento de seus interlocutores ou interlocutoras” (p. 72). Como neste trabalho, adoto um conceito de contexto ligado à prática social, faço uma opção pela perspectiva integracionista e pelo diálogo transdisciplinar.

As principais categorias de análise textual no estudo das reportagens são: a intertextualidade, para a relação entre elementos explícitos dos textos, e a interdiscursividade, para a relação entre discursos. (Bakhtin, 1997; Kristeva, 1986; Fairclough, 2003) Além disso, será explorada a representação identitária, que pode ser caracterizada como uma categoria sociossemântica relevante na Adto, com um foco na crítica social. (van Leeuwen, 1996, p. 32) Fairclough (2003, p. 145-146) seleciona alguns aspectos da proposta de van Leeuwen: inclusão/exclusão, pronome/nome, gramática (ator/afetado, circunstância ou pronome possessivo), ativo/passivo, pessoal/im pessoal, nomeado/classificado, específico/genérico. Esses aspectos significam escolhas que são fundamentais para a análise do texto como discurso na relação com a prática social.

2. Intertextualidade, interdiscursividade e representação identitária

O que proponho é a integração dos estudos da identidade nas ciências sociais com os estudos do discurso. A investigação de reportagens de jornal sugere a contribuição do método de Análise de Discurso Textualmente Orientada para compreender as identidades e problematizar seus discursos formadores. A perspectiva que adoto é crítica conforme a Teoria Crítica do Discurso (Magalhães, 2004). O que se entende por discursos aqui são formas de representação, com uma determinada visão do mundo que é posicionada e, portanto, ideológica.

O método de Análise de Discurso Textualmente Orientada (Adto) é praticado na vertente da Análise de Discurso, que foi influenciada pela Linguística Crítica (LC) e pela Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) (Halliday, 1994; Magalhães, 2004). Consideramos o texto como parte da dimensão semiótico-discursiva da prática social e a materialidade do discurso (grafismos, diferentes letras, imagens) em papel ou na tela da televisão e do computador.

Diversos estudos na Análise de Discurso têm considerado a intertextualidade (por exemplo, Fairclough, 2001, 2003). Esse é um termo geral que se subdivide em interdiscursividade, que corresponde aos discursos e gêneros discursivos citados ou comentados de forma explícita ou implícita nos textos, e 'intertextualidade manifesta'. Os termos são respectivamente de Pêcheux (1988) ('interdiscurso') e de Authier-Revuz (1990).

Um trabalho recente sobre intertextualidade resgata discussões anteriores, buscando uma síntese na perspectiva da Linguística Textual (Koch, Bentes, e Cavalcante, 2007). Um problema aqui é a separação entre intertextualidade e prática social. Como se sabe, não é dessa forma que Bakhtin (1997) concebe a cadeia entre as diferentes esferas de comunicação.

Segundo Bakhtin (1979, p. 99), a enunciação depende das relações sociais. "*A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir de seu próprio interior, a estrutura da enunciação*" (id., ibid., grifo do autor). Para Bakhtin, "a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros" (id., ibid.), o que significa que a enunciação é necessariamente intertextual.

Smith (1990, p. 4) comenta sobre os textos nas 'relações de mando':

O texto é analisado por sua forma caracteristicamente textual de participação nas relações sociais. O interesse está na organização textual dessas relações e em penetrá-las, descobri-las, expor seu interior, por meio dos textos.

As relações sociais são mediadas intertextualmente, pois os textos recorrem a discursos e gêneros discursivos particulares. Discursos, gêneros discursivos e estilos organizam as relações sociais de forma a (re)construir e reforçar poderes e privilégios (Fairclough, 2001, 2003).

Em contribuição significativa para o estudo da intertextualidade, Fairclough (1999, p. 184) situa a análise intertextual na ordem do discurso, que é formada por discursos, gêneros discursivos, estilos e outros elementos, que se organizam segundo a dinâmica própria de um determinado domínio social. É essa a posição que adotamos no estudo da intertextualidade e da interdiscursividade.

Enquanto a análise lingüística mostra como os textos recorrem seletivamente a ordens do discurso – as configurações particulares de práticas convencionais (gêneros, discursos, narrativas, etc.) que estão disponíveis a produtores e intérpretes de textos em circunstâncias sociais particulares...A análise intertextual chama atenção para a dependência que têm os textos da sociedade e da história na forma dos recursos que são disponíveis na ordem do discurso.

É a interrelação entre textos e discursos na ordem do discurso que constitui as interdições da sexualidade, construindo significados violentos, excludentes ou discriminatórios, representações, crenças e identidades. Na ordem do discurso, também estão localizados os recursos que potencializam as representações identitárias, recursos esses entre os quais se processam as escolhas. Com frequência, os textos incluem ou excluem representações identitárias; nomeiam-nas ou classificam-nas, usam nomes ou pronomes, representam-nas como atores ou afetados, de forma ativa ou passiva, específica ou genérica, pessoal ou impessoal. A direção tomada pela relação intertextual ou interdiscursiva é fundamental na prática (política) de representação. Nas relações de poder, a intertextualidade e a interdiscursividade podem configurar um processo ideológico, que naturaliza uma posição na prática social (Pacheco, 2006). Essa

posição favorece as representações identitárias ligadas ao poder hegemônico, desfavorecendo outras.

3. Ortiz, Souza, e Larraín: discursos e identidades

De acordo com Larraín (2001, p. 34), no processo social de construção de identidades pessoais, há um compartilhamento de “afiliações, características ou lealdades grupais culturalmente determinadas, que contribuem para especificar o sujeito e seu sentido de identidade”. As afiliações a que se refere o autor são identidades coletivas de gênero, classe social, etnia, sexualidade, nacionalidade, entre outras. Stuart Hall (2000) denomina-as ‘identidades culturais’.

Larraín considera que existem diferentes versões das identidades, dependendo da seleção de ‘traços culturais’ e da ‘exclusão de outros’. (Ibid., p. 142). Pode-se afirmar, sem temor de erro, que em cada nação as versões de identidade nacional dominantes são as versões construídas em função dos interesses das classes ou grupos dominantes. (Larraín, 2001, p. 142).

Ortiz concorda com Larraín, quando diz o seguinte:...não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos [...] Na verdade, falar em cultura brasileira é falar em relações de poder. (Ortiz, 1994, p. 8)

O tema da identidade nacional é um debate realizado no Brasil, como em outros países latinoamericanos. No Brasil, registram-se trabalhos sobre a questão a partir do final do século XIX, com Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. (Ortiz, 1994, p. 13) Esses autores, porém, apoiavam-se em teorias europeias racistas do século XIX.

Colocada da maneira como a analisamos, tem-se que a problemática da miscigenação se apresenta aos intelectuais do período como um dilema. Se por um lado é urgente a elaboração de uma cultura brasileira, por ou-

tro se observa que esta se revela como inconsciente. Vimos que a crença no determinismo provocado pelo meio ambiente [Euclides da Cunha] desemboca numa perspectiva pessimista em relação às possibilidades brasileiras [Nina Rodrigues]; as considerações a partir das teorias raciais vigentes vão agravar este quadro ainda mais. O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro. (Ortiz, *ibid.*, p. 21)

Não se trata aqui de resgatar essas teorias racistas, mas de ponderar até que ponto elas não teriam contribuído para formar mentalidades de agressores, pois, como sugere Ortiz, a cultura brasileira é forjada em relações assimétricas de poder (veja citação anterior do autor).

Minha interpretação do trabalho de Ortiz é reforçada pelo discurso do exotismo tropical. Ortiz faz a seguinte afirmação: “Toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença.” (Ortiz, *ibid.*, p. 7) Porém, “dizer que somos diferentes não basta, é necessário mostrar em que nos identificamos.” (Id., *ibid.*, p. 7-8) O debate é retomado por Souza:

...a busca de uma diferença que pudesse servir de traço identificatório para o Brasil muitas vezes transformou-se na requisição de que o Brasil encarnasse *a própria diferença*, que fosse um país mais diferente do que todos os outros diferentes países. E o caminho que muitas vezes se apresentou para tornar um país mais diferente do que todos os outros diferentes países foi o da representação exótica de sua diferença, artifício que permite a transformação de traços diferenciais em objetos de fantasia. (Souza, 1994, p. 16)

É a representação exótica da diferença entre o Brasil e outros países, elaborada pelo mundo europeu e impregnada na cultura brasileira, que denomino de discurso do exotismo tropical. Uma característica desse discurso é a fantasia, relacionada com o mito do Paraíso Terrestre, que se desenvolveu na Europa entre a Idade

Média e o Renascimento. (Buarque de Holanda, 1985) Para Souza, o mito edênico é compartilhado com a América Hispânica, com uma distinção. Na região andina, o fantástico significa a descoberta de ouro, prata e pedras preciosas, enquanto no Brasil, “o fator erótico alcançou predomínio maior”. (Souza, *ibid.*, p. 110)

Nas palavras do autor:

A nudez e a exuberância da vida sexual do índio, e, principalmente, da índia brasileira, por sua vez inexistentes nas culturas andinas, supriram esta falha. Se o maravilhoso do colonizador espanhol eram o ouro, a prata e as esmeraldas, o maravilhoso do português, por seu lado, foi obrigado, mui prazerosamente, a se traduzir em sexo. (Souza, *ibid.*)

Esse aspecto do exotismo é fundamental aqui: a fantasia sobre o sexo, que fundamenta a diferença entre o Brasil e outros países. Nesse sentido, o discurso do exotismo, construído em solo europeu e incorporado à cultura brasileira e à identidade nacional pode explicar a exploração sexual que movimenta boa parte do turismo. Exemplos disso são: a cartilha produzida em 2009, com uma classificação das mulheres cariocas, que causou polêmica e foi proibida; e a chegada de vôos internacionais na região nordestina, lotados de homens em busca de turismo sexual. Para isso, contribui efetivamente a publicidade das organizações turísticas brasileiras e do próprio governo em folhetos impressos e atualmente em páginas eletrônicas da Internet.

Portanto, a identidade nacional é construída em relações de poder, apresentando múltiplas versões, conforme a força política dos grupos envolvidos: diferentes grupos étnicos (portugueses, indígenas e africanos) que se interrelacionaram resultando na ‘mestiçagem’; e outros grupos: religiosos, políticos, intelectuais, segmentos populares, empresários e profissionais liberais. Além desses grupos, destacam-se o judiciário e o governo. Uma dessas versões, que pode ser caracterizada como psicossocial (o termo é de Larraín, 2001), está ligada às identidades de agressores, que não respeitam limites éticos nas relações de gênero. Essas identidades

podem ser mantidas pelo apoio de grupos de poder, como é o caso do governo e do judiciário. As relações de gênero fazem parte de práticas socioculturais, com diversos discursos, como o do exotismo tropical, que especificam o que é socialmente aceito.

4. A naturalização de um crime

Serão examinados, neste trabalho, três textos: um da “Agência Estado”, outro do jornal “O Povo” e o terceiro do jornal “Diário do Nordeste”. Considerando as limitações da análise, não cabe generalizar os resultados. Vamos entendê-los, portanto, como questões para reflexão⁴.

Recentemente, houve uma crítica do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Juventude (Unicef) à absolvição de dois acusados de abuso sexual de crianças pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) do Brasil. Em nota, o Unicef manifesta indignação, de acordo com reportagem da “Agência Estado”, divulgada pela Internet⁵: “Por incrível que possa parecer, o argumento usado é o de que os acusados não cometeram um crime, uma vez que as crianças já haviam sido exploradas sexualmente anteriormente por outras pessoas”. Há aqui uma relação interdiscursiva entre um discurso que naturaliza o crime contra crianças com base em um argumento no mínimo questionável, para não dizer perverso, e outro que questiona a decisão do STJ, que é externo ao país. Isso significa que a posição brasileira sobre o tema está nas leis e na interpretação das leis por especialistas do judiciário, podendo ser caracterizada como uma poderosa visão de mundo que banaliza a exploração sexual de crianças e adolescentes. Mais, a crítica a esse discurso vem de fora, o que não quer dizer que

4. Os textos poderão ser consultados nos anexos. A reportagem do jornal “Diário do Nordeste” tem duas partes: o destaque da primeira página e a continuação, que foi publicada na página dedicada a assuntos policiais. A análise incluiu as duas partes, mas a continuação não consta dos anexos por ser muito extensa.

5. www.uol.com.br, acesso em 29 de junho de 2009.

não exista crítica no Brasil, mas o questionamento a esse estado de coisas, se existe, é fraco.

Outra citação da nota do Unicef no texto é: “Além disso, a decisão causa indignação, por causa da insensibilidade do Judiciário para com as circunstâncias de vulnerabilidade às quais as crianças estão submetidas. O fato resulta ainda num precedente perigoso: o de que a exploração sexual é aceitável quando remunerada, como se nossas crianças estivessem à venda no mercado perverso de poder dos adultos.” Há, dessa forma, dois atores ligados ao poder: adultos agressores e membros do STJ. Um terceiro ator do texto corresponde às autoridades do Unicef, um órgão internacional, que se opõe a agressores e ao STJ.

FIGURA 1

IDENTIDADES E DISCURSOS NO TEXTO DA AGÊNCIA ESTADO

IDENTIDADES

Adultos agressores
Crianças ou adolescentes
Membros do STJ
Autoridades do Unicef

DISCURSOS

Exploração Sexual
Exploração Sexual
Jurídico
Crítica à Exploração Sexual

Cabe registrar que o discurso da exploração sexual é respaldado e naturalizado pelo discurso jurídico; portanto, a interdiscursividade, em que se constroem as identidades de agressores e de membros do STJ, é entre o discurso jurídico e o discurso da exploração sexual. A negação, na oração ‘os acusados não cometeram um crime’, materializa linguisticamente a interdiscursividade numa forma de intertextualidade. Com relação à prática sociocultural, a interdiscursividade torna visível a ausência de limites éticos na relação de gênero, à medida que o discurso jurídico naturaliza a prática da exploração sexual. Segundo Thompson (1990), a

naturalização é uma estratégia ideológica, em que se considera aquilo que é construído socialmente como se fosse independente da ação humana. Além de naturalizar o crime, considerando a autoridade do judiciário, é possível dizer que há uma legitimação da posição dos agressores.

Com relação às representações identitárias, os agressores são nomeados 'clientes' e 'acusados', 'adultos' e 'outras pessoas', enquanto as crianças são 'crianças', 'prostitutas', 'nossas crianças' e 'meninos e meninas'. Note-se que as crianças são afetadas: 'explorarem sexualmente crianças', 'as crianças já haviam sido exploradas sexualmente anteriormente', 'assegurar que as crianças estejam protegidas da exploração sexual', 'as circunstâncias de vulnerabilidade às quais as crianças estão submetidas', 'como se nossas crianças estivessem à venda', 'grave violação dos direitos à dignidade e à integridade física e mental de meninos e meninas'. A representação das crianças é sempre como objeto ('explorarem sexualmente crianças'), sintagma preposicional ('de meninos e meninas') ou pronome possessivo ('nossas crianças'). Mesmo em 'assegurar que as crianças estejam protegidas da exploração sexual', elas são representadas como objetos, uma vez que a frase significa: 'o Brasil deve proteger as crianças da exploração sexual'.

Já os agressores (José Luiz Barbosa, o Zequinha Barbosa (campeão mundial em 1987 na corrida de 800 metros rasos) e o ex-assessor Luiz Otávio Flores da Anunciação) são representados como Atores (termo de Halliday, 1994), pois são absolvidos de um crime. O destaque vai para o Unicef, a organização externa que critica a decisão do STJ.

Quanto ao STJ, é posicionado de uma forma constrangedora: o Unicef criticou a decisão, considerando absurda a justificativa dada para manter a decisão anterior do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Isso é reforçado pelas causas apresentadas para a surpresa e indignação do Unicef: o Brasil assinou a Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1990, e a 'insensibilidade do Judiciário para com as circunstâncias de vulnerabilidade às quais as crianças estão submetidas'.

O segundo texto apresenta a seguinte manchete⁶: “Criança sofria abuso sexual em troca de presentes”. A manchete é seguida do resumo: “< EM JUCÁS > Uma denúncia do Conselho Tutelar levou à prisão três homens acusados de estuprar uma criança de 9 anos. A vítima teria sido abusada em situações e dias diferentes. Os três admitiram o crime na delegacia.” O discurso do exotismo tropical é recontextualizado implicitamente aqui (o conceito de ‘recontextualização’ é de Bernstein, 1996) no grupo nominal ‘troca de presentes’. Como se sabe, os presentes fizeram parte da prática de aproximação entre colonizadores portugueses e indígenas.

FIGURA 2

IDENTIDADES E DISCURSOS NO TEXTO DO JORNAL “O POVO”

IDENTIDADES	DISCURSOS
Criança	Exploração Sexual
Mãe da criança	Maternidade
Homens	Exploração Sexual
Filhas	Paternidade
Membros do Conselho Tutelar	Proteção a Crianças e Adolescentes
Policiais	Policial
Membros do Ministério Público	Jurídico

Já na manchete, a identidade da criança, de 9 anos, também nomeada de ‘vítima’, ‘garota’ e ‘filha’, é associada à exploração sexual ‘em troca de presentes’. Note-se que quatro vezes na reportagem a referência à criança ocorre em posição de Ator (Halliday, 1994): duas vezes, na manchete e no resumo, que são pontos de destaque. Porém, o processo verbal vai caracterizá-la como afetada, pois ela ‘sofria abuso sexual’ e ‘teria sido abusada’. Na terceira ocorrência, o verbo de processo material ‘relata’ indica que ela é Atora, mas foi ‘pressionada’

6. “O Povo”, 31 de março de 2009, p. 13 (Página “Ceará – Segurança”).

pela mãe e acabou relatando o nome de um dos acusados. Aqui, a modalidade sugere que ela é afetada. Na quarta ocorrência, no último parágrafo, a criança é também Atora do processo material 'sair'; porém, novamente a modalidade sugere uma situação de pouca mobilidade social ('a filha pouco saía de casa').

Em outros momentos do texto, a garota é citada como objeto ou em sintagma preposicional: 'estuprar uma criança de 9 anos', 'abusar sexualmente de uma criança de 9 anos', 'teriam estuprado a garota', 'na mesma idade da vítima', 'manchas de sangue na calcinha da menina', 'admitiram ter mantido relação sexual com a criança', 'teria levado a criança para uma barraquinha', 'oferecido uma lanterna de dois reais para manter relação sexual com a criança', 'o amigo confessou ter mantido o ato sexual com a criança, no mesmo local, em troca de um pacote de biscoito e dois reais', 'o terceiro acusado disse ter feito sexo com a criança'.

Dessa forma, é muito significativa a maneira como a criança é representada textualmente, sugerindo uma situação de completo abandono à perversidade de adultos agressores, que exploram sua ingenuidade. É possível fazer uma comparação da estratégia de aproximação da criança, em que ocorre a oferta de presentes, com a estratégia dos europeus colonizadores em relação aos grupos indígenas locais na época da colonização. Em ambos os casos, o resultado é o domínio violento, que pode ser relacionado a duas questões deste trabalho: Será que as 'extravagâncias' a que se refere Ortiz não se tornaram senso comum, naturalizando a ideia do abuso sexual entre crianças e adolescentes? Será que estamos diante de um problema com raízes profundas na própria formação da identidade nacional? Da mesma forma que os europeus colonizadores, não houve preocupação com limites éticos entre os agressores, o que sugere a naturalização do domínio violento. Não há dúvida que houve manipulação nos dois casos devido ao desconhecimento da criança e dos grupos indígenas locais dos riscos envolvidos na relação com o outro.

Conforme esclarece a Figura 2, as identidades são construídas nas relações interdiscursivas, ligando-se as identidades masculinas aos discursos da paternidade, da exploração sexual, e aos discursos jurídico

e policial. A identidade da criança é vinculada ao discurso da exploração sexual, da proteção a crianças e adolescentes e da maternidade.

As relações interdiscursivas são materializadas em parte mediante a intertextualidade, como, por exemplo, a referência à denúncia do Conselho Tutelar. Além disso, a reportagem explora o discurso indireto (Magalhães, 1996): 'os três, segundo a denúncia, teriam estuprado a garota em situações e dias diferentes'; 'a garota acabou relatando o nome de um dos acusados'; 'os três admitiram ter mantido relação sexual com a criança'; 'e lá oferecido uma lanterna de dois reais para manter relação sexual com a criança'; 'ele teria relatado o fato para um amigo'; 'o amigo confessou ter mantido o ato sexual com a criança'; 'o terceiro acusado disse ter feito sexo com a criança'; 'a mãe da criança que é agricultora afirmou aos conselheiros tutelares da cidade ter ficado surpresa'.

FIGURA 3

IDENTIDADES E DISCURSOS NO TEXTO DO "DIÁRIO DO NORDESTE"

IDENTIDADES	DISCURSOS
Turista Italiano	Exploração Sexual/Turismo
Filha Italiana	Incesto
Policiais	Combate aos Crimes de Exploração de Crianças e Adolescentes/Crimes contra a Dignidade Sexual/Policial
Delegada Titular da Dececa	Policial/Religioso
Mãe da criança/Brasileira	Maternidade
Especialistas	Especialista
Autoridades do Poder Judiciário	Jurídico
Testemunhas	Policial
Jornalistas/Comentaristas	Imprensa/Globalização
Leitores/Internautas	Novas Tecnologias/Intercultural/Religioso
Advogado da família	Jurídico
Vice-Cônsul Italiano	Diplomático
Estudiosos	Crítica Social

A reportagem do jornal “Diário do Nordeste” é a mais complexa das três, o que está indicado nas identidades e nos discursos⁷. As relações interculturais estão presentes na família representada pelo turista italiano e pela mãe brasileira da criança. O turista italiano, de acordo com testemunhas, abusou sexualmente da própria filha, uma garota de 8 anos. Além do discurso da exploração sexual, há o incesto com suas sanções morais, o que pode ter contribuído para a repercussão nacional e internacional do caso. O local onde ocorreu o suposto abuso sexual pode ser associado ao discurso do exotismo, como é descrito no início da reportagem: ‘uma barraca de praia na orla marítima de Fortaleza’. Além disso, a reportagem, que foi publicada na primeira página do jornal, é seguida por uma foto de turistas estrangeiros tomando banho de mar, com o título ‘Volte sempre’. O convite e a foto são elementos do discurso do exotismo, que exalta as maravilhas do paraíso tropical, um discurso com origem na Europa, como já foi comentado na Seção 3, e que contribui fortemente para a identidade brasileira. Portanto, há uma associação na reportagem entre exotismo e exploração sexual. A reportagem não destaca apenas o abuso sexual, mas principalmente o aspecto erótico do caso, a beleza da praia na relação interdiscursiva com o turismo, o incesto, a prisão e a repercussão do episódio. Isso fica claro na manchete e no subtítulo: “Caso de turista preso por beijo repercute no País”; “Pai detido por beijar filha na boca em barraca de praia foi destaque”. Note a intertextualidade na referência ao turista na manchete e na reportagem sobre turismo, que destaca o grupo nominal ‘o turista estrangeiro’, logo abaixo da foto.

Há também interdiscursividade em relação às identidades dos policiais, da delegada titular da Dececa (Delegacia de Combate aos Crimes de Exploração da Criança e do Adolescente), de jornalistas e comentaristas, e de leitores e internautas. Três discursos são relacionados aos policiais: o próprio discurso policial, com a representação da polícia (a prisão, as testemunhas, o flagrante, o

7. “Diário do Nordeste”, 4 de setembro de 2009, p. 1, 14.

inquérito, os depoimentos, aarceragem, o delegado e a delegada); o discurso de Combate aos Crimes de Exploração de Crianças e de Adolescentes, que nomeia a delegacia; e o discurso da nova lei de combate aos Crimes contra a Dignidade Sexual, Lei No. 12.015, em vigor desde o dia 7 de agosto de 2009.

Com relação à identidade da delegada titular da Dececa, é estabelecida uma relação entre o discurso policial e o religioso, na intertextualidade entre a fala da delegada e o texto da Bíblia: “Estamos trabalhando com muita cautela para evitar excessos. Dizem que no meio está a virtude, então nós estamos procurando agir de forma virtuosa para não deturpar a lei...” Como se trata de uma mulher, há possivelmente aqui uma construção de gênero, histórica no Brasil e em outros países da América Latina, que relaciona as identidades femininas à religião (Magalhães, 2000, 2008).

Acrescente-se, ainda, uma relação entre o discurso da imprensa e a globalização. Essa interdiscursividade confere uma amplitude ao texto, com comentários de internautas sobre o caso. A relação estabelecida entre o contexto local, de Fortaleza, e o global demanda o uso da Internet, conferindo ao texto uma dimensão nova, que pode significar mudança do gênero discursivo. Conforme Fairclough (2006), a globalização demanda mudanças nos gêneros discursivos, além da criação de novos gêneros. Além disso, são citados especialistas, que fazem um comentário avaliativo sobre o episódio.

Cabe registrar que a prática sociocultural em que se situa o abuso sexual relaciona-se a gênero e a direitos humanos. A prática de direitos humanos exige um questionamento do abuso, pois considera os direitos das crianças, invocando o Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca). Interessa-nos, porém, a questão do gênero, já que o foco deste estudo é a identidade na relação transdisciplinar com a linguagem (discurso).

Com relação à segunda pergunta que fizemos na Introdução, embora haja um questionamento da prática do abuso (texto da “Agência Estado”), temos elementos para falar de uma naturalização do abuso sexual. Quanto à primeira pergunta, que se refere à vinda de

homens estrangeiros ao Brasil em busca do turismo sexual, está ligada à ideologia da mestiçagem e do paraíso tropical, que atrai não por causa de ouro ou diamantes, mas pela promessa de prazeres sexuais. Aqui, certamente estamos diante de uma questão com raízes profundas na formação da identidade nacional, como vimos, respondendo à terceira pergunta. Estamos falando de um descontrole, de 'extravagâncias', a que se refere Ortiz, que podem resultar no abuso sexual de crianças e adolescentes.

É preciso acrescentar que não são apenas estrangeiros que cometem abusos, exatamente porque o discurso do exotismo foi apropriado no Brasil: os próprios brasileiros acreditam no paraíso tropical, no mito do prazer infinito, que desconsidera os direitos das crianças de serem crianças. No nordeste brasileiro, há casos de homens que consideram terem direito de serem os primeiros parceiros sexuais das filhas. Nessa ótica, tudo é possível se traz prazer. Falta consciência sobre os direitos das crianças e adolescentes. Há uma desigualdade de gênero fabricada no próprio tecido social, pois uns consideram-se com mais direito do que outros, mesmo que se trate de crianças.

Considerações finais

A análise das três reportagens sugere ligação entre o domínio violento e o discurso do exotismo. O estudo, contextualizado no debate sobre identidades, indica também o rico potencial da transdisciplinaridade. Sem essa contextualização, não teria sido possível relacionar exotismo e abuso sexual.

O principal resultado do estudo é que as identidades são formadas na intertextualidade e na interdiscursividade existentes na prática social. As identidades dos agressores constroem-se mediante os elementos da relação intertextual e interdiscursiva, que contribuem para naturalizar crimes de abuso sexual. No texto da "Agência Estado", a decisão do STJ de absolver os acusados,

que se baseou no argumento da prévia prática de sexo pelas crianças, legitima o abuso. Na decisão, relacionam-se o discurso jurídico e o discurso da exploração sexual. Na reportagem do jornal “O Povo”, a relação é entre o discurso da exploração sexual e o discurso do exotismo, que é simbolizado pela troca de presentes, ocorrendo a objetificação da criança. Já na reportagem do jornal “Diário do Nordeste”, a interdiscursividade principal é entre o discurso do exotismo, que é reforçado pelos discursos do turismo e da globalização, e o discurso da exploração sexual. Nessas relações intertextuais e interdiscursivas da prática de abuso sexual, encontram-se estratégias ideológicas de naturalização e legitimação do abuso, e de objetificação das crianças.

Com relação à representação identitária, destaca-se o aspecto de inclusão/exclusão de atores sociais. O texto da “Agência Estado” representa uma organização externa (o Unicef) em defesa dos direitos das crianças e adolescentes. O texto do jornal “O Povo” também representa autoridades que são responsáveis pela defesa de menores (o Conselho Tutelar). Entretanto, o texto do “Diário do Nordeste” explora outras representações: um sociólogo e um antropólogo, que questionam a prisão do acusado; internautas e comentaristas da Internet. A inclusão/exclusão de atores sociais significa, nos textos, um tratamento diferenciado do crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. Por exemplo, a reportagem do jornal “O Povo” poderia ter entrevistado membros do Conselho Tutelar e famílias da vizinhança, mas não o fez. Quanto à reportagem do “Diário do Nordeste”, os cientistas sociais e internautas citados contribuem para a naturalização e legitimação do abuso sexual, pois se limitam a questionar a ação da polícia com os seguintes comentários:

- 1) “Achei esse episódio um absurdo. As autoridades policiais deveriam ter agido com uma cautela maior...” (Sociólogo)
- 2) “Na minha opinião, estão fazendo um escarcéu de um fato para, na verdade, não tratar dos verdadeiros e graves problemas dessa cidade...” (Antropólogo)

- 3) “Há necessidade de leis que protejam menores em situações vulneráveis, o que é preciso é evitar a histeria com relação a esse tipo de situação...é necessário que se considere o fator cultural de comportamento e evite-se a islamização social ou o puritanismo fanático religioso nos costumes sociais.” (Leitor de Toronto, Canadá)

Os três textos analisados levantaram questões relevantes sobre o abuso sexual e, principalmente, sobre a maneira como ele é representado pela imprensa. Este estudo deve ser continuado em pesquisa etnográfico-discursiva de crianças e adolescentes vítimas de abuso.

Recebido em dezembro de 2009
mizabel@uol.com.br

Referências bibliográficas

- Authier-Revuz, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. C. M. Cruz e J. W. Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19: 25-42, 1990.
- Bakhtin, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. M. Lahud e Y F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979. [1977]
- _____. *Estética da criação verbal*. 2ª ed. Trad. M. E. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- Bernstein, B. *Pedagogy, symbolic control and identity*. Theory, research, critique. Londres/Bristol: Taylor & Francis, 1996.
- Buarque de Holanda, S. *Visão do paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.
- Chiapello, E.; Fairclough, N. Understanding the new management ideology. A transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism. *Discourse and Society*, 13 (2): 185-208, 2002.

Cunha, E. da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro.

Fairclough, N. Linguistic and intertextual analysis within discourse analysis. In: Jaworski, A. & Coupland, N. (Orgs.) *The discourse reader*. Londres/Nova York: Routledge, 1999, p. 183-211.

_____. *Discurso e mudança social*. Coord. trad., revisão e prefácio à ed. brasileira I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. [1992]

_____. *Analysing discourse*. Textual analysis for social research. Londres/Nova York: Routledge, 2003.

_____. Critical discourse analysis in transdisciplinary research. In: Wodak, R.; Chilton, P. (Orgs.), 2005, p. 53-70.

_____. *Language and globalization*. Londres/Nova York, Routledge, 2006.

Hall, S. Quem precisa da identidade? In: Silva, T. T. (Org.) *Identidade e diferença*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Halliday, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2a. ed. Londres/Melbourne/Auckland: Edward Arnold, 1994. [1985]

Koch, I. G. V.; Bentes, A. C.; Cavalcante, M. M. *Intertextualidade*. Diálogos possíveis. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008. [2007]

Kristeva, J. Word, dialogue and the novel. In: Moi, T. (Org.) *The Kristeva reader*. Oxford: Blackwell, 1986, p. 34-61.

Larraín, J. *Identidad chilena*. Santiago, Chile, LOM Ediciones, 2001.

Magalhães, I. Linguagem e identidade em contextos institucionais e comunitários. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 2 (1): 42-61, 1996.

_____. O discurso do outro e a identidade da mulher. Da colonização à década de 1990. In: Barros, D. L. de. (Org.) *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 207-222.

_____. Teoria crítica do discurso e texto. *Linguagem em (Dis)curso*, 4, Especial: 113-31, 2004. <http://www.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/05.htm> (acesso em 4 de dezembro de 2009).

_____. Discursos e identidades de gênero na alfabetização de jovens e adultos e no Ensino Especial. *Calidoscópico*, 6 (2): 61-68, 2008.

Ortiz, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. [1985]

Pacheco, M. Identidade e intertextualidade em narrativas de docentes e em textos de leis federais brasileiras, de 1960 a 2000. Universidade de Brasília, tese (Doutorado), 2006.

Pêcheux, M. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. E. P. Orlandi *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

Rodrigues, N. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, s. d.

Romero, S. *Cantos populares no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

Smith, D. *Texts, facts and femininity*. Exploring relations of ruling. Londres: Routledge, 1990.

Souza, O. *Fantasia de Brasil*. As identificações na busca da identidade nacional. São Paulo, Editora Escuta, 1994.

Thompson, J. B. *Ideology and modern culture*. Cambridge: Polity Press, 1990.

Van Dijk, T. A. Contextual knowledge management in discourse production: a CDA perspective. In: Wodak, R.; Chilton, P. (Orgs.), 2005, p. 71-100.

Van Leeuwen, T. The representation of social actors. In: Caldas-Coulthard, C. R.; Coulthard, M. (Orgs.) *Texts and practices*. Londres/Nova York: Routledge, 1996, p. 32-70.

_____. Three models of interdisciplinarity. In: Wodak, R.; Chilton, P. (Orgs.), 2005, p. 3-18.

Wodak, R.; Chilton, P. (Orgs.) *A new agenda in (critical) discourse analysis*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 2005.

PRISÃO MANTIDA

Caso de turista preso por beijo repercute no País

◦ Pai detido por beijar filha na boca em barraca de praia foi destaque

Publicado com exclusividade pelo *Diário do Nordeste*, a prisão do turista italiano, acusado de ter praticado "estupro a vulnerável" contra a própria filha, em uma barraca de praia na orla marítima

de Fortaleza, ganhou repercussão nacional - até internacional. Sites de jornais e de agências de notícias do Brasil e do mundo divulgaram a detenção do homem que teria acariciado partes

íntimas da filha. O delegado do caso afirmou que as testemunhas não têm dúvidas de que o estrangeiro estava praticando atos libidinosos contra a garota de 8 anos de idade. O flagrante foi baseado

na nova lei que trata dos Crimes Contra a Dignidade Sexual, que entrou em vigor no País no dia 7 de agosto último, ampliando o conceito jurídico do crime de estupro. **POLÍCIA** P.14

NEGÓCIOS

VOLTE SEMPRE



◦ O TURISTA ESTRANGEIRO desembolsa, no Ceará, três vezes mais que o visitante brasileiro. A média de gasto total do estrangeiro, em terras cearenses, excluindo passagens e pacote, é

R\$ 5.921. O turista nacional gasta em média R\$ 2.041,70. Os dados são da pesquisa do Ibope Inteligência, realizada de 26 de julho a 2 de agosto deste ano P.1 e 2. FOTO: PATRÍCIA ARAÚJO